

Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 24 de março de 2022

Ao vigésimo quarto dia, do mês de março, de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, via *online*, o Conselho Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 – Aprovação da ordem de trabalhos; -----
- 2 – Aprovação da ata da 21ª reunião; -----
- 3 – Apresentação dos dados preliminares do “Roma Monitor Survey”- FRA; -----
- 4 – Balanço da Execução da ENICC referente ao ano de 2021; -----
- 5 – Ponto de situação das Estratégias Locais de Habitação; -----
- 6 – Outros assuntos;-----

Presidiu à reunião a Senhora Alta-comissária para as Migrações, Sónia Pereira, doravante designada por Alta-comissária que, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, preside ao CONCIG. A secretariar a Alta-comissária esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Marisa Horta, coordenadora, e pelos técnicos do gabinete Luís Pinto e Luísa Costa.-----

Estiveram presentes na reunião os/as seguintes Conselheiros/as do CONCIG: Cristina Milagre - Gabinete da Secretária de Estado para Integração e Migrações; Maria José Casa-Nova - Coordenadora do Observatório das Comunidades Ciganas - ObCig; Francisco Monteiro - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas - Obra Nacional da Pastoral dos Ciganos; Maria José Vicente - Representante de instituições que trabalham com pessoas ciganas – EAPN; Bruno Gonçalves - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas; Luís Romão - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Sílabas Dinâmicas - Associação Intercultural; Osvaldo Grilo - Representante de associações representativas de pessoas ciganas - ASRCCC – Associação Social Recreativa Cultural Cigana de Coimbra; Lina Varela - Representante da Direção-Geral da Educação; Maria Fernanda Marreiros – Representante da Direção Geral da Saúde; Cristina Pessoa - Representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares; Paula Carvalheira – Representante da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Susana Silveira – Representante de associações representativas de pessoas ciganas - Costume Colossal - Associação para a Integração das Comunidades Ciganas; Fátima Botão - Representante da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.; Alexandra Castro - Investigador/a com trabalho relevante sobre pessoas ciganas – ISCTE; Rosário Godinho - Representante do Instituto da Segurança Social, I. P, em substituição da Conselheira Catarina Marcelino; Rosa Lourenço - Representante da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, em substituição da Conselheira Rosário Farmhouse; Vítor Almeida - Representante da Comissão

para a Cidadania e a Igualdade de Género; António Danado – Representante da Associação Nacional de Freguesias; Rita Mendes - Representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.; Mariana Bettencourt – Representante do Governo Regional da Madeira. Estiveram ainda presentes Francisco Neves - Diretor do Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade – DAIVD, os técnicos do gabinete do Núcleo de Relações Internacionais – NRI, Sara Loubser, André Ribeiro e Eduardo Quá, Jaroslav Kling da Unidade de pesquisa e dados da *Fundamental Rights Agency* da União Europeia – FRA, e ainda a tradutora Joana Xu.-----

A Sra. Alta-comissária deu início à reunião pelas catorze horas e quarenta minutos após confirmação da existência de quórum com a presença de pelo menos 18 conselheiro(a)s passando a informar que, à semelhança das reuniões anteriores, também esta seria gravada para efeitos de registo da ata. Informou ainda da presença de duas novas conselheiras, a conselheira Carla Patrocínio em representação do Instituto Português do Desporto e Juventude – IPDJ, I.P. e a Conselheira Teresa Botelho em representação da Direção-Geral das Autarquias Locais - DGAL tendo dado posse às mesmas. Informou ambas que, sendo necessário também haver um documento físico assinado, o mesmo ser-lhes-ia remetido posteriormente. Após as boas-vindas às novas Conselheiras e desejando uma boa participação no Conselho, passou para o primeiro ponto da ordem de trabalhos referente à aprovação da ordem de trabalhos. -----

A pedido do IHRU, e atendendo à necessidade da representante Margarida Cavaleiro se ausentar da reunião por volta das 16 horas, propôs a alteração da ordem de trabalhos, sendo o primeiro ponto a aprovação da ordem de trabalhos, o segundo ponto, a aprovação da ata da 21ª reunião, o terceiro ponto, a apresentação dos dados preliminares do Roma Monitoring Survey aplicado em Portugal a cargo da FRA – *Fundamental Rights Agency*, o quarto ponto, a apresentação do ponto de situação relativo às Estratégias Locais de Habitação por parte do IHRU, de seguida o Balanço da execução da ENICC referente ao ano de 2021, concluindo-se a reunião com outros assuntos como habitualmente. Não se tendo registado nenhuma discordância deu-se como aprovada a ordem de trabalhos proposta.-----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou ao ponto 2 da ordem de trabalhos referente à aprovação da ata da 21ª reunião do CONCIIG informando que sobre a versão que havia sido remetida, haviam sido recebidos contributos da conselheira Lina Varela, solicitando a alteração da informação na página 4, onde consta "O Guião Pedagógico, já previsto e sendo uma meta em atraso, foi concluído se bem que só divulgado no 4º trimestre, assim como a conferência ocorrida na passada semana em Torres Vedras.", tendo a conselheira sugerido que passe a constar "O Guião Pedagógico, já previsto e sendo uma meta em atraso, foi concluído, se bem que só divulgado no 4º trimestre. Foi também referida a conferência ocorrida no dia 9 de novembro em Torres Vedras, o que entrará no balanço de execução da ENICC para o 4.º trimestre.". Também na página 16, onde consta "Referiu ainda que há escolas localizadas em bairros onde a maioria da população pertence às comunidades ciganas sendo muito difícil ou quase impossível estas não terem alunos da comunidade cigana pelo que muitas vezes é esta a justificação sendo que muitas vezes também não o seja", sugeriu que passe a constar "Referiu ainda que há escolas localizadas em bairros onde a maioria da população pertence às comunidades ciganas sendo muito difícil ou quase impossível estas não terem

maioritariamente alunos das comunidades ciganas, pelo que muitas vezes é esta a justificação." A Sra. Alta-comissária, informou ainda do recebimento do contributo da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças para a retificação da respetiva designação, na página 4, 3º parágrafo. Face à ausência de discordâncias e não havendo mais questões a assinalar, deu-se como aprovada a ata da reunião anterior tal como fora remetida, apenas com a introdução das correções solicitadas.-----

No que respeita ao terceiro ponto da ordem de trabalhos, relativo à apresentação dos dados preliminares do "Roma Monitor Survey 2021", a Sra. Alta-comissária deu as boas-vindas e a palavra ao Sr. Jaroslav Kling da Unidade de pesquisa e dados da FRA, *Fundamental Rights Agency* da União Europeia, entidade responsável pela implementação do "Roma Survey 2021", inquérito às pessoas ciganas e que foi também implementado em Portugal em 2021. A apresentação foi realizada em inglês contando com a tradução da tradutora Joana Xu.-----

Os resultados apresentados pela FRA são ainda preliminares e sob-reserva.-----

Após a apresentação, que a Sra. Alta-comissária agradeceu, deu-se início a um pequeno momento de debate, ressaltando que o feedback solicitado pelo representante da FRA poderia ser enviado posteriormente.-----

Tomou a palavra a Conselheira Maria José Casa-Nova, referindo que a maioria dos resultados se alinha com o conhecimento científico e de campo que possui, chamando a atenção para a necessidade de estarmos conscientes de dois aspetos que passou a identificar, e que se prendem com o facto de ter aumentado o grau de consciência de processos discriminatórios e do seu reporte, por parte da comunidade cigana bem como do facto de, em tempos de pandemia, as sociedades tenderem a arranjar uma espécie de bode expiatório, no que por regra são os grupos mais estigmatizados, considerando que este fenómeno tem sido visível na sociedade portuguesa. Referiu ainda que a recolha de dados, na sua maior parte, não cobre a classe média cigana, aspeto do qual devemos estar conscientes quando lemos ou interpretamos estes dados atendendo a que não há dados nacionais sobre a população cigana o que é uma fraqueza da Estratégia. Defendeu ainda uma resposta política mais forte e consistente em todos os níveis da Estratégia, principalmente na habitação e no acesso ao mercado de trabalho assim como no financiamento de investigação que permita obter dados nacionais, pese embora crer que o Governo seja muito sensível a estas questões, com algumas muito boas políticas, mas não as suficientes. A sua expectativa é que com o Plano de Recuperação e Resiliência - PRR alguns destes problemas possam ser reduzidos, sendo que é um processo complexo e difícil de prever. Referiu ainda ter algumas dúvidas suscitadas pelos dados apresentados principalmente sobre a escolaridade das crianças e dos jovens, muito importantes para este Relatório, uma vez que possuímos dados nacionais que dão uma perspetiva diferente na educação escolar. Seguidamente tomou a palavra a conselheira Susana Silveira que questionou a forma como foram elaboradas e selecionadas as perguntas a serem colocadas às pessoas ciganas que constam do questionário, nomeadamente quais foram os critérios, quem é que as escolheu, se houve alguém das comunidades ciganas envolvido para fazer estas questões, se consultaram algumas pessoas das comunidades ciganas sobre as questões que iriam ser aplicadas e se haveria alguma pessoa das comunidades ciganas juntamente para realizar as questões. Referiu ainda que, esta sua questão se relaciona com o facto de, enquanto Associação Costume Colossal, estarem a realizar um diagnóstico local no

Monte da Caparica e na Trafaria, e embora seja uma outra equipa que está a realizar o diagnóstico, as perguntas antes de serem colocadas tiveram que ser apresentadas a pessoas ciganas para poderem trabalhá-las em conjunto e para que as pessoas não coloquem filtros nas respostas por receio. Apesar de não colocar em causa o trabalho que está a ser desenvolvido e que acredita possa trazer bons resultados, a conselheira referiu que gostaria de perceber se os entrevistadores que estavam a fazer o inquérito neste estudo, estavam acompanhados por alguém cigano defendendo que para ser feito algo com uma dinâmica desta dimensão, é necessário que estejam sempre envolvidas pessoas das comunidades ciganas na obtenção de dados sobre as mesmas, para que se possa obter um bom resultado.---

Seguidamente tomou a palavra a Conselheira Cristina Milagre, que manifestou concordância com a questão levantada pela conselheira Susana Silveira sobre a metodologia, considerando ser muito importante que todos os serviços sejam construídos com as comunidades, estando certo que a FRA o fez, mas é importante saber como o foi feito, para que o trabalho possa ser desenvolvido, bem entendido e compreendido por toda a população envolvida. Acrescentando ao que a Conselheira Maria José Casa-Nova referiu, considera que os dados principais mostrados parecem, numa primeira análise, serem piores do que a ideia que temos pelo menos nalgumas dimensões. Tendo sido mencionada a classe média, considera ainda importante saber os locais e os bairros envolvidos neste inquérito. Fez ainda referência ao facto de possuímos dados dos últimos dois inquéritos sobre dimensão da performance educativa dos estudantes da comunidade cigana, os quais poderão ser-lhe enviados pela conselheira do DGE e até pela Conselheira Maria José Casa-Nova. Considera que, pelo menos, a frequência na educação pré-escolar é mais alta que os dados que foram mostrados propondo a partilha de dados da DGE ou o envio do relatório dos dados obtidos há dois anos. A conselheira Lina Varela tomou a palavra confirmando que têm o questionário sobre o perfil das comunidades ciganas e que poderão proceder ao seu envio mais tarde.-----

De seguida, a Sra. Alta-comissária passou para o quinto ponto da ordem de trabalhos, referente às Estratégias Locais de Habitação, cuja apresentação esteve a cargo da representante do IHRU Margarida Cavaleiro. -----

Tomando a palavra, a representante do IHRU Margarida Cavaleiro passou a partilhar o que tem sido o trabalho junto dos Municípios para operacionalização do Programa 1º Direito, e no qual se enquadram as estratégias locais de habitação como uma das ferramentas de operacionalização do programa no território. Referiu que a área do 1º Direito e das Estratégias Locais de Habitação é o foco principal da Direção de Programas de Apoio à Habitação do IHRU, onde se integra, tendo preparado uma pequena apresentação orientadora da sua exposição. Começou por explicar que as Estratégias Locais de Habitação integram-se no Programa 1º Direito, Programa de apoio ao Acesso à Habitação que foi publicado em 2018, o qual se integra na nova geração de políticas de habitação. De forma resumida, as mesmas são um apoio público de promoção a soluções habitacionais para famílias que estão em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada. O enquadramento legal assenta essencialmente sobre dois diplomas, o Decreto-lei 37/2018 o qual já sofreu algumas alterações, pelo que enfatiza a necessidade de ser consultar sempre a redação atual, e a Portaria 230/2018. Passou então a explicar os conceitos mais relevantes que regem o Programa 1º Direito, para que se torne mais fácil o entendimento do que são as Estratégias Locais de Habitação e quais são os conteúdos que cabe ao IHRU avaliar e verificar, chamando a atenção para o facto de as

Estratégias neste âmbito terem de seguir conceitos que o próprio diploma define sendo eles que depois refletem todo o trabalho, todo o resultado que é apresentado nestes documentos e que são a precariedade, a sobrelotação, a insalubridade, a insegurança e a inadequação, e cuja definição detalhada se encontra no artigo 5º do Decreto-lei 37/2018. Assim, a caracterização das famílias e das suas condições indignas terá que sempre assentar em pelo menos uma destas condições, e infelizmente em algumas situações verifica-se cumulativamente mais do que uma condição indigna. -----

Além das condições indignas existe um conjunto de situações específicas que o diploma também prevê, referentes a pessoas vulneráveis, a núcleos precários e a núcleos degradados, circunstâncias que abrangem qualquer uma das condições indignas referidas anteriormente. Assim, por exemplo, na situação das pessoas vulneráveis, poderemos ter a situação das pessoas em situação de sem-abrigo que se enquadram na precariedade, havendo uma relação entre estes aspetos, ou seja, as condições indignas podem não ter nenhuma situação específica associada ou poderá além da situação indigna “simples”, do artigo 5º haver, cumulativamente, uma destas situações específicas. Aqui enquadram-se as pessoas vulneráveis, as pessoas em situação de sem-abrigo, as vítimas violência doméstica e os requerentes e beneficiários de proteção internacional. Depois temos as pessoas que residem em núcleos precários, por exemplo construções não licenciadas, acampamentos ou outras formas de alojamento precário ou improvisado e ainda os núcleos degradados que se referem a situações muito concretas que existem nos grandes centros urbanos e que normalmente se designam por ilhas, pátios ou vilas e acabam por ser mais características quer da área metropolitana do Porto, quer da área metropolitana de Lisboa embora também existam pontualmente noutros locais do país. Estas situações específicas no diploma e para efeitos práticos acabam por representar uma majoração ou condições particulares de financiamento, sempre que, cumulativamente à condição indigna exista uma situação específica associada. Foi referido que, atualmente, com o PRR as candidaturas quando são apresentadas ao abrigo do Plano acabam por ter uma margem de apoio financeiro que é de 100% pelo que estas majorações previstas acabam por terem pouco efeito prático. Contudo no que respeita ao detalhe daquele que é o diagnóstico e o trabalho que é elaborado pelas Câmaras durante a sua elaboração das Estratégias Local de Habitação, é importante e interessante ter esta especificidade no diagnóstico e na identificação das condições indignas da habitação. -----

Para além de estar em condição de habitação indigna, a elegibilidade ao Programa é assegurada às famílias que, cumulativamente, não disponham de capacidade financeira para fazer face à despesa com o acesso a uma habitação adequada. Este cálculo está associado a uma fórmula atualizada anualmente, e de um rendimento médio mensal inferior a quatro indexantes de apoios sociais que, para 2022, estabelece 1772,80 €, sendo que o rendimento médio mensal é corrigido em função da dimensão e da composição do agregado familiar como aliás é também comum a outros tipos de cálculos que requerem condições de recursos.-----
A representante do IHRU, fez ainda referência aos doze 12 princípios que regem o Programa e que estão previstos no artigo 3º do diploma, aos quais as Estratégias Locais de Habitação deverão atender na sua elaboração, e que são os seguintes: acessibilidade habitacional, planeamento estratégico local, integração social, estabilidade, cooperação, participação, equidade, peregrinação, reabilitação do edificado, incentivo ao arrendamento, acessibilidades e sustentabilidade ambiental. Por outro lado, as quatro soluções previstas nas Estratégias Locais

de Habitação, que poderão ter financiamento por via do 1º Direito e que podem ser levadas a cabo na área de habitação são as seguintes: reabilitação, arrendamento, construção e aquisição. Estas soluções podem ser complementares entre si, ou seja, pode por exemplo, ser efetuada aquisição para reabilitação entre outras soluções. -----

Na exposição efetuada, a representante do IHRU informou que a implementação do Programa, e no que respeita em concreto às Estratégias Locais de Habitação, congrega todos os aspetos anteriormente referidos, ou seja, congrega a questão do diagnóstico e depois as soluções habitacionais com base nos princípios mencionados. As Estratégias Locais de Habitação, por regra, são elaboradas e aprovadas pelo Município competente, podendo haver situações em que haja Estratégias Supramunicipais ou até Regionais, possibilidade prevista no diploma embora a realidade que tem vindo a ser implementada é a de cada Município elaborar a sua própria Estratégia Local de Habitação. O Município é entendido, no âmbito do Decreto-Lei que rege o Programa 1º Direito, como uma entidade competente para ministrar e gerir o Programa no seu território, começando pela elaboração da Estratégia e depois monitorizando a sua implementação ao longo do prazo de vigência da mesma, eventualmente até alterando, renovando e atualizando a Estratégia sempre que necessário. É também o Município que agrega, prepara e gere as candidaturas aos financiamentos, implementando parte das soluções habitacionais, embora residualmente outros Municípios assente em a implementação das soluções noutros agentes a operar no território. Por outro lado, o papel do IHRU no que respeita às Estratégias Locais de Habitação, é o de verificação sobre a concordância com as regras e princípios do Programa, e apenas para efeito de acesso aos financiamentos que estão previstos. Referiu ainda que o documento poderá ser mais abrangente e mais vasto, abrangendo quer um diagnóstico mais alargado, quer soluções habitacionais que vão além daquelas estabelecidas no Programa 1º Direito. Explicou que o IHRU celebra posteriormente Acordos de Colaboração, para operacionalizar as soluções, ou Acordos de financiamento, para que aquelas se concretizem, após o que recebe os períodos de financiamento, avaliando, enquadrando, pedindo esclarecimentos, concedendo o financiamento e fazendo o devido acompanhamento. Chamou ainda a atenção para um aspeto julgado pertinente, sendo que para verificar a concordância, o IHRU ter, por vezes, de solicitar esclarecimentos aos Municípios. Seguidamente passou a explanar a forma como os serviços realizam a verificação das regras e princípios do Programa 1º Direito nas Estratégias, contendo em especial a presença obrigatória dos aspetos referidos no artigo 2º da portaria 230/2018 e que são: Diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no seu território, contendo as características e o número de situações de pessoas e agregados que nele vivem em condições habitacionais indignas, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2018, cumulativamente ou não com as situações específicas já mencionadas. Existem ainda as soluções habitacionais, que deverão ser exatamente em igual número ao das famílias identificadas no diagnóstico, ou seja, o propósito das Estratégias Locais de Habitação e o objetivo do Programa do 1º Direito é que sejam suprimidas todas as carências habitacionais identificadas no território num prazo de 6 anos, devendo as Estratégias Locais de Habitação ser executadas no mesmo prazo. Por fim, fez um ponto de situação do Programa 1º Direito, tendo dito que dos 308 (trezentos e oito) Municípios existentes, 173 (cento e setenta e três) já têm a sua Estratégia verificada pelo IHRU, ou seja, já declarada como estando em concordância com os princípios e tendo já avançado para a parte da operacionalização. Por outro lado, 97

(noventa e sete) estão a elaborar a sua Estratégia e 28 (vinte e oito) viram já a sua estratégia aprovada nos órgãos Municipais, aguardando a análise do IHRU. O que por norma acontece, é que logo a após a verificação da concordância o Acordo é celebrado, o que permite ao Município começar desde logo a implementar as suas soluções. Restam cerca de 10 (dez) Municípios sobre os quais o IHRU ainda não tem informações, o que não significa que não estejam a elaborar a sua Estratégia Local de Habitação, tendo-se verificado uma grande adesão a nível nacional a este Programa, o que poderá estar relacionado com a expectativa de financiamento por via do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR que veio também incentivar os Municípios a avançar para a Estratégia como um meio de acesso a uma oportunidade de financiamento única. No que respeita às Estratégias que já foram verificadas pelo IHRU, registam-se cerca de 77 000 (setenta e sete mil) famílias como estando em condição habitacional indigna, de acordo com os preceitos previstos no diploma. Foram identificadas em 58 (cinquenta e oito) Estratégias quase 6 000 (seis mil) famílias em núcleos precários e cerca de 3 400 (três mil e quatrocentas) em núcleos degradados o que denota o muito trabalho ainda a realizar nesta área nos próximos anos. -----

Tomou a palavra a Sra. Alta-comissária agradecendo a apresentação, que qualificou de muito relevante no âmbito do trabalho desenvolvido no Conselho que acompanha a Integração das Comunidades Ciganas, para quem a questão da habitação, já muitas vezes levantada, é de facto central. De seguida abriu o espaço ao debate, passando a palavra ao conselheiro Bruno Gonçalves. O conselheiro colocou a questão acerca do que poderia fazer o IHRU no caso em que, e tendo em conta a autonomia dos Municípios no desenvolvimento e aprovação da sua Estratégia Local de Habitação, um Município deliberadamente omitisse uma situação habitacional ou Bairro, referindo que conforme noticiado num Jornal nacional existe um núcleo habitacional talvez dos mais necessitados da cidade de Beja, o Bairro das Pedreiras, que foi deixado de lado na Estratégia Local de Habitação aprovada pelo Município.-----

De seguida tomou a palavra a conselheira Cristina Milagre, questionando como é que o IHRU, ou a área governativa da habitação, consegue conciliar a implementação dos princípios legais do Programa, sendo um deles o de os diagnósticos não poderem deixar nenhuma situação de habitação indigna por identificar, com esta descentralização de atribuições e de competências, bem como a autonomia que a administração local tem relativamente à política de habitação, ou seja, como é que se assegura que todas as situações são de facto identificadas e explicitadas nas Estratégias Locais de Habitação, tendo em atenção que, aliado aos recursos financeiros limitados das autarquias e sendo este um dos seus principais e legítimos argumentos, referiu ainda que pelo fato de estarmos a falar de populações ciganas, onde ainda prevalece muita discriminação e é relativamente fácil preterir algumas situações de habitação indigna ou considerar-se que alguma habitação indigna não é tão prioritária, o que resulta de uma mistura de falta de recursos com alguma discriminação face às populações ciganas e a outras extremamente excluídas. A conselheira, colocou ainda outra questão na área da habitação relacionada com uma questão estatisticamente residual e que tendo vindo já a ser trabalhada, mas da maior gravidade de exclusão social do país, que são as famílias nómadas e itinerantes, que várias autarquias, precisamente por considerarem que é um assunto demasiado complexo aproveitam o facto da itinerância para não assumirem as necessidades habitacionais dessas famílias com uma necessidade do seu concelho, não as considerando como seus munícipes. Referiu que apesar da complexidade da questão, o Programa 1º Direito

também serve para estas populações, sabendo que muitas destas famílias não têm sequer a possibilidade de se candidatar ou de ter esta oportunidade, questiona como é que o IHRU e a política pública neste âmbito, consegue conciliar o melhor possível um princípio legal nacional muito claro, com a autonomia local dos Municípios, tendo em conta o fato de sabermos que o IHRU não fiscaliza as Estratégias Locais de Habitação em aspetos como o assumir ou não todas as necessidades de habitação, ou se estas estão completas.-----

A Conselheira Cristina Milagre, questionou ainda, tendo em conta que se celebravam 9 meses da data de assinatura do Protocolo entre o ACM, I.P. e o IHRU, sendo uma das grandes missões ou funções deste protocolo, a de o ACM, I.P. estar ao serviço do IHRU no sentido de ajudar à sinalização das necessidades de habitação pelo país, situações estas por nós conhecidas e que possam não estar a ser contempladas nas Estratégias Locais de Habitação referentes às populações ciganas mas não só, o balanço feito pelo IHRU dos resultados desta parceria e deste protocolo que tem muita importância e que servirá em alguma parte não toda também para ajudar a conciliar estes dois princípios que às vezes podem ser contraditórios.-----

Seguidamente tomou a palavra a conselheira Fernanda Marreiros, referindo a sua concordância com as questões colocadas pelo conselheiro Bruno Gonçalves, sublinhando o facto de constituir uma indignação nacional percebermos como muitas pessoas e famílias itinerantes vivem, e a questão da inclusão ou exclusão com base em critérios num projeto que se pretende de inclusão, que afeta os que mais precisam de investimento. Colocou então a questão da durabilidade deste Programa e de quando é que se poderão começar a ver resultados efetivos, na medida em que a habitação constitui um pilar fundamental para que possamos ver as crianças a ir à escola, ver as pessoas a terem alguma oportunidade de vida. Considera haver um empurrar de responsabilidades entre Municípios, defendendo que se olhe para este assunto com uma intervenção muito específica, a qual terá que ter resolução.-----

A Sra. Alta-comissária passou então a palavra à representante do IHRU Margarida Cavaleiro para reação e respostas às questões colocadas, ressaltando a possibilidade de poder remeter esclarecimentos adicionais por escrito, os quais posteriormente serão feitos chegar aos Conselheiro(a)s.-----

A representante referiu que a fiscalização da aplicação do princípio da acessibilidade habitacional e que reflete o desígnio da resposta dada por este Programa pretender ser universal, e abranger todas as famílias em condição habitacional indigna, sendo muito difícil de alcançar e o papel atribuído ao IHRU no âmbito da gestão deste Programa não consegue ser essa garantia absoluta. No entanto, desempenha sempre este papel de verificação da concordância do instrumento na Estratégia Local de Habitação com as regras e princípios do Programa 1º Direito, pese embora não consiga ter o conhecimento profundo da realidade de todos os locais e daí o facto de assentar precisamente na competência dos Municípios para o fazer. Assim, e sempre que o IHRU tem conhecimento ou indício de alguma questão que suscite dúvida, solicita esclarecimentos e os serviços só propõem a concordância de uma Estratégia à gestão do IHRU quando todas as questões que são do conhecimento do IHRU foram devidamente atendidas. Ressaltou o facto que este trabalho de descentralização se procura sempre assegurar, pese embora o IHRU não se conseguir fazer substituir ao Município e muito menos fiscalizar se todos os núcleos familiares foram identificados na Estratégia.

Realçou ainda, a boa-fé de todos os agentes envolvidos e de terem vindo a perceber junto dos Municípios o seu empenho na implementação deste Programa, bem como de empresas que os têm vindo a ajudar na identificação do maior número de famílias e das condições indignas que abranjam o maior número de famílias. Abordando a questão das famílias itinerantes, considerou que esta se prende com a questão da gestão local do programa para além das margens, que poderão de alguma forma não garantir diagnósticos estanques, considerado não haver nenhum diagnóstico estanque dado que a realidade social pode ser extremamente dinâmica. Relembrou a possibilidade da existência de Estratégias Regionais ou Supra Municipais, embora a apresentação destas últimas tenha até agora sido muito residual, contudo considera que poderá ser uma das vias para uma maior articulação entre Municípios em que estas famílias percorram, podendo ou não existir um documento.-----

Respondendo à questão sobre o protocolo com o ACM, I.P., solicitou à conselheira Rita Mendes que representa o IHRU no Conselho, para dar um feedback mais efetivo, referindo que da parte do IHRU a articulação com o ACM, I.P. no que respeita aos programas de habitação tem vindo a ser desenvolvida a partir de um programa de resposta de apoio à habitação urgente, o Porta de Entrada, o qual tem a ver com fluxos migratórios específicos. O mais recente e amplamente conhecido aqui é agora proveniente da Ucrânia, mantendo sempre a disponibilidade para articular qualquer programa embora também haja outras respostas a nascer. Respondendo à questão colocada sobre o tempo de concretização destas respostas, referiu ser um pouco angustiante a confrontação com diagnósticos e com a perceção de que existem famílias que estejam em situação de insalubridade, insegurança, em sobrelotação ou até mesmo em inadequação. Contudo, a implementação deste tipo de respostas habitacionais, por qualquer uma daquelas quatro vias referidas, seja reabilitação, construção, aquisição e/ou reabilitação, todas elas demoram tempo a ser efetivamente implementadas, para além de todo este planeamento estratégico amplo que está a ser desenvolvido. O desígnio deste Programa publicado em 2018, era o de que no prazo de 6 anos pudessemos chegar aos 50 anos do 25 de abril com todas as situações de carência habitacional supridas. Presentemente e com a amplitude que tem o financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR a questão financeira acaba por não ser um constrangimento, no entanto o dinheiro por si só não é suficiente, havendo grandes desafios como a mão-de-obra e o preço dos materiais de construção demasiado ou bastante volátil. Estas respostas, estando em curso, carecem de tempo, não devendo haver desmoralização no processo de aceleração da sua concretização. Acrescentou ainda que o Plano de Recuperação e Resiliência – PRR aporta um acréscimo de exigência no que respeita a prazos, dado que as soluções têm que estar concluídas no dia 30 de março de 2026 e entregues às famílias a 30 de junho de 2026, e sem as Estratégias Locais de Habitação não se avança para o restante processo, sendo que elas próprias e a identificação no território também é demorada. Acrescentou ainda que as Estratégias são dinâmicas, à semelhança das realidades sociais que acompanham e portanto, a verificação da aplicação dos princípios está a ser efetiva, a monitorização é constante e as Estratégias, não sendo estanques, podem e deverão ser atualizadas ao longo do tempo. Havendo uma parceria interinstitucional e uma comunicação entre os agentes no território, acredita ser possível a obtenção de resultados bons e abrangentes na aplicação do Programa.

Tomou a palavra a Sra. Alta-comissária, clarificando que é o nosso entendimento que mesmo as Estratégias já aprovadas pelo IHRU, e uma vez que se considera que existe este processo de revisão que se vai mantendo ao longo do tempo em função das necessidades, é possível ao IHRU solicitar, ou ser a Entidade que pede uma revisão ou pede algum esclarecimento, por lhe ter sido sinalizada alguma situação que indica que os princípios das Estratégias não estão a ser cumpridos. Questionou assim a confirmação da possibilidade dessa solicitação de revisão provir do IHRU mesmo tendo já sido a Estratégia aprovada.-----

A representante Margarida Cavaleiro referiu que o termo solicitar não seria o mais indicado ma medida em que aspetos como a grande desagregação de competências sendo uma matéria do âmbito autonomia administrativa e funcional dos Municípios. Ressalvou no entanto a existência de uma regular comunicação e diálogo aberto entre os Municípios e o IHRU, sendo que sempre que existem situações que o IHRU identifique e que possam não estar identificadas na Estratégia haverá naturalmente uma troca de informações no sentido de questionar, procurar esclarecer, incentivar, averiguar, faz parte do papel do IHRU no âmbito da colaboração com os Municípios.-----

A Sra. Alta-comissária questionou se a fase crucial seria a primeira etapa da aprovação, sendo nesse momento que o IHRU toma a grande decisão de que aprova aquela Estratégia, tudo o que se segue depende já bastante da iniciativa do próprio Município, independentemente do referido acompanhamento que vai sendo mantido. A representante Margarida Cavaleiro referiu que de fato a verificação da concordância da Estratégia, ressalvando que não seria uma aprovação porque de facto não é essa a competência que é atribuída ao IHRU, com as regras e princípios do 1º direito é o momento a partir do qual o Município entra oficialmente no Programa 1º Direito, celebrando o acordo e começando a implementar as soluções.-----

Retomou a palavra a Sra. Alta-comissária que agradeceu a participação esclarecedora e que contribuiu para que todos o(a)s Conselheiro(a)s possam compreender melhor o funcionamento destas Estratégias bem como a atuação do IHRU, referindo a manutenção da abertura deste canal de comunicação, uma vez que a questão da habitação é muitas vezes abordada neste Conselho, não só porque também faz parte da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas que o Conselho acompanha, mas porque é uma questão recorrente no âmbito da promoção da inclusão das Comunidades Ciganas. -----

De seguida a Sra. Alta-Comissária passou para o ponto 4 da ordem de trabalhos e que diz respeito ao Balanço da execução da ENICC referente ao ano de 2021, sublinhando a importância da submissão atempada dos relatórios de execução da ENICC a cargo das diversas Entidades, sendo que se aguarda ainda a submissão por parte de uma delas. Referiu ainda que, em novembro, a taxa de concretização reportada era da ordem dos 52% e até à data, a taxa de concretização da ENICC em 2021 terá sido na ordem dos 67%. Alertou também que se mantém a dificuldade em considerar metas como concluídas ou concretizadas, quando não existe informação desagregada que permita a fazer essa verificação. De seguida passou a palavra à coordenadora do NACI, para apresentação do ponto de situação dos resultados da ENICC em 2021. A coordenadora do NACI, começou a sua intervenção destacando os aspetos mais positivos, como as sessões de formação em história e cultura cigana que estão previstas na estratégia e que no ano passado totalizaram um total de 8681 horas de formação ministradas, a 2318 participantes, dos quais 579 profissionais de forças de segurança, não tendo sido possível realizar a formação nomeadamente a guardas prisionais, a qual teve já início no

primeiro trimestre de 2022 com o apoio da DGRSP. Referiu ainda a publicação do OBCIG do *Handbook* “Um Cerco Educativo-Alternativo”, meta prevista e concretizada. Referiu igualmente que a DGE produziu e também publicou o documento “Promover a Inclusão e o Sucesso Educativo das Comunidades Ciganas – Guião Pedagógico para a educação Pré-escolar – 2021”. Destacou ainda a publicação do Relatório do projeto PATTERN – Prevent and CombAT DomesTic ViolEnce againts Roma WomeN promovido pelo CESIS, que contou com o apoio da CIG e do ACM, e que tinha como objetivo principal do projeto, e o relatório dá conta disso, de prevenir e combater a violência doméstica contra mulheres ciganas. Destacou ainda o envolvimento de mais de 4506 crianças ciganas e familiares nos diferentes Projetos Escolhas ao longo do país, destacando 247 atividades de promoção do acesso a cultura de pessoas ciganas em que as mesmas participaram. Reforçou como elemento positivo, a continuidade em 2021 dos Programas ROMA Educa e OPRE, tendo salientado também a especificidade e o facto de serem dinamizados por Associações Ciganas. No que se refere às principais dificuldades, por parte do ACM, registou-se o atraso no lançamento do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano – PAAC, que obsteu à concretização de duas metas. Referiu ainda dificuldades relacionadas com o facto de uma entidade não ter ainda reportado informação, e de três entidades terem algumas medidas que, devido à não recolha de dados étnicos, não conseguem responder e portanto são consideradas como não concretizadas. O facto de uma entidade também não ter enviado o relatório obsteu a que cinco ou seis medidas que têm a seu cargo também não pudessem ter sido concretizadas em 2021 e, por último, a não concretização da revisão do estatuto legal do Mediador Intercultural, previsto ser concretizado em 2021 também não aconteceu. De seguida, passou a um ponto de situação por objetivo estratégico, o objetivo estratégico 1 que se prende com melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento das pessoas ciganas, tem até agora uma concretização na ordem dos 62%, com alguns exemplos já referidos anteriormente como a publicação do *Handbook* pelo ObCig, o número de encontros sobre pessoas ciganas e a participação de pessoas ciganas em encontros internacionais. Por outro lado, não foi executado o relatório sobre Centros Qualifica, bem como o processo de recolha de dados em todos os organismos criados. Relativamente ao objetivo estratégico 2, promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação a taxa de execução foi na ordem dos 93%. Não se conseguiu atingir as 20 ações às forças de segurança, não obstante o número grande de participantes nas onze ações promovidas. No objetivo estratégico 3, reforçar a intervenção e mediação intercultural, não foi criado ou não foi revisto ainda o estatuto legal do mediador. No objetivo estratégico 4, promover igualdade entre mulher de homens nas medidas de integração de pessoas ciganas, a taxa de execução deste objetivo está na ordem dos 87,5%, sendo que quase todas as medidas do IEFP foram cumpridas, à exceção de um indicador. No objetivo estratégico 5, garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas, a taxa de execução está na ordem dos 70% e contamos com duas ou três metas que não têm informação desagregada e, desta forma, não conseguimos classificá-las como concretizadas. Já no objetivo estratégico seis, garantir as condições para uma participação igualitária pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional, atendendo a que ANQEP não conseguiu lançar o questionário que permitia obter resposta a alguns dos indicadores previstos, a execução deste objetivo está na ordem dos 60%, sendo que também o IEFP também não conseguiu cumprir uma meta. No objetivo estratégico 7 garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de

peessoas ciganas, só tinha dois indicadores em 2021, um dos quais não foi possível concretizar que tinha a ver com ação a locadores. No objetivo estratégico 8, garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas, referiu que o ACM ainda recebeu o reporte da entidade responsável por estes objetivos, pelo que à data a taxa de execução deste objetivo está nos 41,67% com reporte que temos de outras entidades que também contribuem para este objetivo.-----

Retomando a palavra a Alta-comissária abriu um espaço para que o(a)s conselheiro(a)s que quisessem contribuíssem quer com informação sobre as medidas que têm em implementação nas suas entidades ou colocando alguma questão ou necessidade de esclarecimento. Foi dada a palavra o conselheiro Francisco Monteiro, que referiu ter uma grande esperança nesta reunião com a vinda do IHRU, concretamente em relação à situação dos Ciganos nómadas no Alentejo, mencionando que a única boa notícia seria a falta de constrangimentos financeiros em relação à habitação com o novo Plano de Recuperação e Resiliência – PRR. De seguida, deixou o apelo para que se comece a pensar numa alteração do sistema em relação a estas pessoas, revogando as leis que permitem a sua expulsão apenas porque estão a ocupar sítios que não têm dinheiro para comprar, nem casa, sendo esta situação completamente contrária às leis da União Europeia, da ONU, etc. Assim lançou o desafio para pensarmos neste problema e tentarmos resolvê-lo como uma prioridade. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a Sra. Alta-comissária indicou que iremos retomar na próxima reunião o formato habitual em que serão solicitados os contributos de cada entidade relativamente aos avanços na implementação da ENICC, tendo passado ao ponto 6, Outros assuntos, dando conta de algumas iniciativas que tiveram lugar desde a última reunião: o lançamento da quinta edição do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano - PAAC com uma dotação financeira de 124 000 €, apoiando projetos até a um máximo de 10 000€ tendo já sido aprovados 11 projetos de 11 Associações Ciganas no montante global de 108 335€. Os respetivos protocolos de cooperação serão em breve assinados. Referiu também que foi lançada a quinta edição do Programa FAPE - Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas estando as candidaturas a decorrer até ao dia 28 de março para um orçamento Global de 173 000€ e um montante máximo por projeto de 16 500€. Foi também lançada a terceira edição do programa ROMA Educa tendo sido recebidas 315 candidaturas, 133 meninas e 182 meninos, para 120 bolsas disponíveis. Informou que esta edição continuará a ser gerida, como na edição passada, com a colaboração de três Associações Ciganas, a Costume Colossal, a Sílabas Dinâmicas e a ARSCCC de Coimbra. Foi também lançada a sexta edição do Programa OPRE - Programa Operacional Para a Promoção da Educação, com 39 bolsas já atribuídas pelo ACM, permanecendo a parceria com a Associação Letras Nómadas na sua implementação, estando previsto o primeiro encontro desta edição no dia 2 de abril na Figueira da Foz. Deu nota ainda da continuação da implementação do projeto dos Planos Locais para a Integração das Comunidades Ciganas, que está a apoiar tecnicamente quer os PLICC da primeira edição, quer os seis novos municípios que aderiram à segunda edição deste Programa e que são Alfândega da Fé, Carraceda de Ansiães, Entroncamento, Santarém, Serpa e Marinha Grande. Referiu ainda estarmos a apoiar igualmente ainda que não formalmente, no âmbito do projeto dos PLICC, mas com iniciativas semelhantes, Lourinhã e Benavente que estão também a trabalhar no sentido de construir um Plano Local. Deu nota ainda da aquisição por parte do ACM, I.P., através do Programa Escolhas,

de 500 exemplares do livro do Ciganinho Chico da autoria de Bruno Gonçalves que é também conselheiro deste Conselho, para contribuir para a sensibilização sobre a temática das Comunidades Ciganas e da sua história no nosso país e, em particular, muito direccionado ao trabalho que é desenvolvido neste âmbito pelos Projetos Escolhas. Informou também que foi lançada a infografia da educação, em parceria com a Direção-Geral da Educação a quem agradeceu a participação ativa e construtiva neste processo em comum, mencionando a partilha do *link* para esta publicação com o(a)s concelheiro(a)s. Referiu ainda que continuamos a trabalhar numa secção específica dentro do *site* do ACM para dar maior visibilidade às questões relativas à integração das Comunidades Ciganas. Estão também em preparação os procedimentos para a avaliação externa da ENICC, que foram atrasados pelo facto de não termos um orçamento ainda aprovado para este ano Informou ainda que foi também integrado no Catálogo Nacional de Qualificações o referencial de formação referente ao grau de qualificação para os mediadores.-----

Nada mais havendo a tratar a Sr. Alta-Comissária deu por encerrada a 22ª reunião do CONCIG, agradecendo a participação de todos/as.-----
